

**PRIMERAS JORNADAS DE LA RED DE ARCHIVOS LITERARIOS
LATINOAMERICANOS
BIBLIOTECA NACIONAL DE URUGUAY, SALA JULIO CASTRO
MONTEVIDEO, 4 Y 5 DE SETIEMBRE DE 2018**

ACERVO DE ESCRITORES MINEIROS: ESPAÇO DE SABERES NÔMADES

Reinaldo Marques
UFMG/CNPq

De início, gostaria de parabenizar os organizadores deste evento, sob o amparo da Biblioteca Nacional do Uruguai, pela iniciativa de abrir um espaço de relato e reflexão sobre esforços para a constituição de arquivos literários em diferentes países do nosso continente e a necessidade de integrá-los por meio da montagem de uma rede de arquivos literários latino-americanos. Especialmente, por um lado, frente aos desafios decorrentes de um mundo globalizado, em que a literatura já não desempenha o mesmo papel que lhe fora dado desempenhar na modernidade enquanto instância central da cultura, como espaço de encenação das identidades nacionais. Por outro, em razão das novas tecnologias e mídias atreladas aos processos do capitalismo tardio, em que a cultura, transformada em extensão do capital e a serviço de sua reprodução, é marcada pelo paradigma da conectividade, para o bem ou para o mal.

Minha intervenção tem como objetivo apresentar brevemente o Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil. Para tanto, indicarei o momento de sua emergência, os escritores cujos fundos documentais nele se encontram e enfatizarei a perspectiva cenográfica e museográfica de seu espaço, como forma de tratamento mais adequado dos materiais heterogêneos que constituem os arquivos literários. A partir disso, tecerei algumas considerações sobre o caráter nômade e multidisciplinar de saberes que atravessam os arquivos literários, com ênfase nos aspectos processuais e de conectividade que conformam a memória literária e cultural como rede em expansão.

Breve história dos arquivos literários no Brasil

Ao se investir na construção de uma rede de arquivos literários de diversos países da América do Sul, pode contribuir significativamente para imaginá-la apresentar a realidade desses arquivos em cada contexto nacional. Antes, porém, gostaria de lhes lembrar a distinção conceitual que faço entre o arquivo pessoal do escritor, alocado no espaço privado, doméstico, e o arquivo literário, situado no espaço público, domiciliado

em uma instituição pública, ou mesmo privada — Biblioteca, Arquivo, Fundação, Universidade. Trata-se de processo complexo de desterritorialização e reterritorialização, em que o arquivo pessoal do escritor é apropriado e submetido a saberes especializados — arquivologia, biblioteconomia, museologia, além de saberes próprios do campo dos estudos literários e da pesquisa histórica —, constituindo-se numa figura epistemológica em termos foucaultianos, como efeito de campos discursivos que dele se apropriam e falam. Localizado num espaço liminar entre o público e o privado, submetido a diversas e conflitantes relações de forças, o arquivo literário já não é mais um arquivo privado e nem é de todo um arquivo público¹. Nessa passagem, novos arcontes passam a custodiá-lo e a falar em seu nome — arquivistas, bibliotecários, museólogos, pesquisadores — e a ele se agregam novos valores: histórico-cultural, estético, acadêmico, expositivo, econômico.

Pode ser que esse esforço de elaboração do conceito de “arquivo literário” resulte mais propriamente numa ficção teórica, para ficar num registro borgiano. De uma parte, tem um pé no mundo empírico do trabalho com os arquivos pessoais dos escritores; de outra, recorre a uma imaginação construtiva, que abstrai as variadas diferenças entre cada um desses arquivos para realçar algumas semelhanças entre eles. Considere-se aqui, por exemplo, o caráter heterogêneo de seus fundos documentais, que fazem do arquivo literário uma mescla de biblioteca, arquivo e museu, ou a natureza de muitos de seus documentos como rastros da atividade escritural de um autor de literatura. No caso dos escritores mineiros, a par de sua biblioteca fornida com livros e periódicos, compõem seus fundos documentos pessoais e ligados a sua atividade profissional, a exemplo de manuscritos e datiloscritos de seus textos, correspondências, fotografias, recortes de jornais, coleções de obras de artes plásticas, de artesanato, além de objetos pessoais, mobiliário do seu escritório, máquinas de escrever. Essa heterogeneidade constitui, por um lado, a potência do arquivo do escritor, abrindo-o ao diálogo com outras linguagens e artes, com a cultura; por outro, impõe um desafio ao esforço de enquadrá-lo conceitualmente, visto que torna qualquer tentativa de fazê-lo insuficiente, precária, incapaz de dar conta tanto de sua diversidade documental quanto da singularidade histórica e social de seu contexto de formação.

¹ Cf. MARQUES, “Arquivos literários, entre o público e o privado”, publicado na revista da BNU, *Lo que los archivos cuentan*/3 (2014), e republicado em MARQUES, Reinaldo, *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*, 2015. No ensaio “Arquivos literários e reinvenção da Literatura Comparada”, contido neste mesmo livro, elaborei de forma mais detalhada essa distinção.

Uma estratégia produtiva, a meu ver, consiste em abrir de mão de teorias universalistas, de longo alcance, que procurem descrever e explicar um conjunto extenso no tempo e no espaço de arquivos de escritor. É preferível trabalhar com teorias de menor alcance — microteorias —, que abram mão da pretensão universalizante e totalizante, mas que consigam descrever bem um determinado conjunto de arquivos de escritores. A par disso, embora o adjetivo “literário” se mostre um tanto redutor em relação àquela diversidade dos materiais do arquivo do escritor, com a noção de arquivo literário estou realçando a figura do titular do arquivo, amplamente reconhecido como autor de literatura, fato atestado por sua obra. Certamente que ela se mostrará muito limitada para dar conta dos arquivos de escritores e artistas contemporâneos que às vezes se configuram como “multiartistas”, caso de um Nuno Ramos. Mais ainda, com ela estou salientando sua modelagem a partir do ponto de vista dos pesquisadores de arquivos de escritores, como espaços e textualidades a serem vivenciados, lidos e interpretados por eles². Enquanto produto de uma atividade especulativa, pode ser que a noção de arquivo literário remeta a um objeto mais imaginado, nem sempre localizável como tal no mundo empírico. Nesse sentido, na esteira de Deleuze & Guattari³, talvez seja mais apropriado ver tal conceito como uma “totalidade fragmentária”, uma heterogênese que organiza seus componentes por zonas de vizinhança, sem que eles se encaixem. Enuncia antes um acontecimento, um devir com suas virtualidades — o arquivo literário, como no presente caso — e não uma essência ou coisa. Não sem razão, em sua *A arqueologia do saber* Michel Foucault nos lembra da impossibilidade de totalizar o arquivo, que só pode ser abordado em níveis, regiões, vale dizer, em seus fragmentos.

Em termos genealógicos, sabemos que os começos são múltiplos, inumeráveis. Assim, no Brasil, tendo em vista quer o papel dos intelectuais como figuras públicas atuantes na invenção das tradições e identidades nacionais modernas, quer suas estreitas ligações com o aparato do Estado enquanto funcionários públicos, já existem iniciativas no sentido da preservação de documentos de escritores no século XIX, em instituições como a Biblioteca Nacional (1810), onde se encontram arquivos dos escritores Euclides da Cunha e Lima Barreto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e o

² Esses desdobramentos do conceito de “arquivo literário” devo-os às observações críticas feitas pelos colegas durante nosso encontro em Montevidéu, especialmente a Graciela Goldchluk, aos quais muito agradeço.

³ Cf. DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*, 1992, p.32-35.

Arquivo Nacional (1838), com suas ramificações nos Estados da federação⁴. Com a fundação, em 1897, da Academia Brasileira de Letras, guardiã do arquivo de seu fundador, Machado de Assis, e das Academias Estaduais e Municipais, essas iniciativas se multiplicam. No século XX, com o surgimento das universidades, são elas que passam a desempenhar um papel importante na tarefa de preservação do nosso patrimônio arquivístico, bibliográfico e até mesmo museológico. Especialmente por meio da instalação de centros de documentação e de memória, sobretudo na área das ciências humanas, dedicados ao trabalho de reunião, organização e preservação de arquivos e coleções, de conjuntos documentais diversos. Assim, à função original de produção de novos conhecimentos, as universidades incorporaram também a tarefa de preservar e organizar documentação variada para incremento de suas pesquisas, seja em função da carência de investimentos por parte do poder público no tratamento e conservação de seu patrimônio arquivístico, seja em razão das dificuldades de acesso às fontes primárias de pesquisa.

Entre nós, no entanto, a constituição e o cuidado com os acervos literários na cena pública se dão de forma mais sistemática a partir dos anos 1960, sobretudo no interior das universidades, tanto públicas quanto privadas. Trata-se de um fenômeno tardio, que nos permite pensar os arquivos literários como locações tardias do moderno. Para se ter uma ideia disso, trago-lhes alguns poucos dados relativos à criação de alguns de nossos principais centros de documentação literária. O primeiro deles é o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, criado em 1962 por iniciativa de Sérgio Buarque de Holanda. Órgão interdisciplinar de pesquisa e documentação sobre nossa história e cultura, seguiu o modelo dos *area studies center* das universidades americanas. Abriga arquivos de alguns de nossos mais importantes escritores, tais como os de Mário de Andrade, Guimarães Rosa e Graciliano Ramos. Já o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa foi instalado em 1972, no Rio de Janeiro. Trata-se de fundação pública, vinculada ao Ministério da Cultura, e que contém o maior conjunto de arquivos de escritores brasileiros, a exemplo dos de Cecília Meireles, Clarice Lispector, Manuel Bandeira, Pedro Nava, Lúcio Cardoso, Cornélio Pena, Vinícius de Moraes, entre tantos outros.

⁴ Como intelectuais e professores, muitos escritores participam da seção do Instituto Histórico e Geográfico de seu Estado, a exemplo da poeta Henriqueta Lisboa, que foi a primeira mulher a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Com a implantação dos Programas de Pós-Graduação nas nossas universidades no início dos anos 1970, especialmente com a implementação de cursos de Literatura Comparada na área de Letras nos anos 1980, surgem diversos outros centros de documentação literária, tanto dentro quanto fora das universidades. Em 1978, foi criado o Centro de Estudos Murilo Mendes da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, inicialmente com a doação de sua biblioteca. Posteriormente, em 1993, foi doada a valiosa pinacoteca do escritor juntamente com o restante do seu acervo. Na década de 1980, surgem mais quatro relevantes acervos literários. No ano de 1982, criou-se o Acervo de Escritores Sulinos na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a partir da organização dos documentos legados por Érico Veríssimo. Nele são desenvolvidos projetos de pesquisa sobre fontes da literatura brasileira, revitalizando-se o campo da história da literatura, e realizados, nos anos de 1990, os primeiros encontros de pesquisadores de acervos literários, para intercâmbio de experiências de organização, conservação e divulgação de arquivos de escritores. Em 1984, foi implementado o Centro de Documentação Alexandre Eulálio no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas, a partir de materiais recolhidos pelas pesquisas dos docentes. Pesquisas que contribuíram para captar os acervos de Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Hilda Hilst, entre outros. Já em 1986, no Centro Histórico de Salvador e Largo do Pelourinho, foi instalada a Fundação Casa de Jorge Amado. Fundação privada, dispõe de um conjunto com cerca de 200 mil documentos do mais relevante escritor baiano, propiciando pesquisas relacionadas sobretudo à memória local, constituindo-se num arquivo da baianidade. Por fim, em 1989, foi criado o Acervo de Escritores Mineiros (AEM) pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁵.

Antes de falar um pouco mais a respeito do acervo mineiro, caberia fazer duas observações. A primeira contempla a cena cultural brasileira contemporânea, em que chama a atenção o agressivo interesse pela captação, tratamento e custódia de acervos literários e culturais por parte de instituições públicas ou privadas, a exemplo das universidades, dos institutos e fundações culturais de bancos ou empresas. Não raro deparamos na imprensa com notícias sobre a disputa por parte de universidades e fundações do arquivo de determinada personalidade do mundo das letras ou das artes. As universidades, em busca de constituir centros de documentação que fomentem suas

⁵ No ensaio “Memória literária arquivada”, esboço história um pouco mais detalhada desses centros de documentação literária no Brasil; cf. MARQUES, *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*, 2015.

pesquisas, sobretudo em nível de pós-graduação; as fundações e institutos de empresas, como estratégia de *marketing*, associando suas marcas a iniciativas de caráter social e cultural. Neste último caso, cabe destacar o Instituto Itaú Cultural, idealizado e fundado em 1987 pelo empresário Olavo Setúbal e vinculado ao Banco Itaú, e o Instituto Moreira Salles, surgido em 1992, e sustentado com dotações do Unibanco e da família Moreira Salles. São instituições com importantes acervos artísticos, literários e culturais, com destaque especialmente para o Moreira Salles, posto que tem investido na aquisição da documentação de escritores, e já conta com os arquivos pessoais de Otto Lara Resende, Erico Veríssimo, Carlos Drummond de Andrade, Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Paulo Mendes Campos, entre outros. Importa mencionar, ainda, que hoje existem em andamento várias iniciativas no Brasil de constituição de centros de documentação literária levadas adiante por colegas pesquisadores de universidades situadas em diferentes regiões do país — no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Vê-se assim que — segunda observação — a emergência desses centros dedicados a organizar e preservar nossos arquivos literários situa-se basicamente no contexto dos anos 1970 e 1980, marcado por uma intensa preocupação com os “lugares de memória” e, ao mesmo tempo, por forte pressão de mecanismos de amnésia social e histórica, responsável pela fetichização do passado, que tem no Disney World talvez sua figura mais emblemática. Trata-se de ambiente atravessado, paradoxalmente, por uma crise da memória, alimentada pelas transformações de nossas concepções do passado e das relações com ele estabelecidas. Se antes eram naturais seus vínculos com o presente, a natureza do passado tornou-se opaca, fonte de incertezas e inquietações.

O Acervo de Escritores Mineiros

Em agosto de 1989, a Faculdade de Letras da UFMG promoveu a Semana Henriqueta Lisboa, evento que celebrou a entrada na Universidade dos fundos documentais da poeta mineira e a criação do Centro de Estudos Literários, órgão responsável pela guarda e preservação do acervo recebido, por seu tratamento e disponibilização para a pesquisa. Domiciliado no prédio da Biblioteca Universitária, campus Pampulha, em Belo Horizonte, o arquivo pessoal de Henriqueta Lisboa (1901-1985) deslocou-se do espaço privado para o espaço público, abrindo-se à pesquisa e ao movimento da suplementação de sentidos. Trata-se de desdobramento de uma operação de arquivamento, por meio da qual emerge uma figura lastreada pela topografia acadêmica: o Acervo de Escritores Mineiros. Constituído como um lugar privilegiado

de nossa memória literária e cultural, a ser vivido tanto imaginária quanto sensorialmente; a ser construído pelo trabalho contínuo de gerações de pesquisadores e por inúmeras outras operações de arquivamento; e a ser habitado quer por corpos físicos, objetos, quer por desejos e sonhos.

Em 1991, os acervos de mais dois importantes escritores passaram a integrar a coleção do AEM: os de Murilo Rubião (1916–1991) e Oswaldo França Júnior (1936-1989). No início dos anos 2000, chegaram os arquivos de Abgar Renault (1901-1995) e Cyro dos Anjos (1906-1994). A esses arquivos precursores vieram se somar algumas coleções especiais, constituídas por cartas de escritores, livros, revistas e fotografias, como as de Alexandre Eulálio (1932-1988), Aníbal Machado (1894-1964), Ana Hatherly (1929), Valmiki Vilela Guimarães (1934-2015), José Oswaldo Araújo (1887-1975) e Genevieve Naylor (1915-1989). Esse expressivo crescimento do acervo impactou drasticamente a topografia do AEM e mobilizou tanto a diretoria da Faculdade de Letras quanto a administração central da Universidade para apresentarem projeto junto às agências governamentais, a fim de captar recursos para a construção de um espaço mais adequado para abrigar os arquivos literários sob a guarda da UFMG. Assim, com recursos obtidos junto ao Fundo FINEP, foi construído o atual espaço do AEM, localizado numa área de quase mil metros quadrados do terceiro andar da Biblioteca Universitária da UFMG, parcialmente utilizada. Inaugurado em dezembro de 2003, sua concretização vinculava-se, à época, a uma preocupação mais geral da Universidade com a organização, preservação e conservação dos seus acervos culturais, artísticos e documentais.

Em termos arquitetônicos, o espaço foi concebido numa perspectiva cenográfica e museológica, comportando três planos. No primeiro, são simulados os ambientes de trabalho dos escritores, com estantes de livros, mesa, máquina de escrever, objetos pessoais. Devidamente reconstituídos a partir de pesquisa junto aos familiares, nesses ambientes encontram-se também documentos raros expostos em vitrines, a exemplo de primeiras edições autografadas, cartas de escritores, fotografias. A individualidade de cada recinto, procurando destacar a personalidade do escritor, é realçada por meio de iluminação com jogo de cores, perfis e textos ilustrativos. O uso de vidro, à maneira de um aquário, permite que os visitantes possam ver e apreciar os ambientes, mesmo sem entrar neles. No segundo, encontram-se as galerias com exposições de pinturas, desenhos, fotos, pôsteres. Por fim, no terceiro plano, com acesso restrito, estão abrigados os acervos bibliográficos e os arquivos documentais de cada escritor. O

espaço contém ainda reserva técnica, sala de reunião e área de trabalho para pesquisadores e estagiários.

Dentro dessa concepção, foi contemplada a natureza heterogênea dos materiais que compõem os acervos literários, uma mistura de elementos próprios de bibliotecas, arquivos e museus, como já mencionado. Com isso, o espaço do Acervo de Escritores Mineiros configura-se como um espaço móvel e permanente de exposição, conseguindo focar, no plano geral, as singularidades de cada material. Abre aos visitantes e pesquisadores a possibilidade de cada um, com seus recortes e enquadramentos, constituir a sua própria trilha, o seu próprio texto, ao percorrer os diversos níveis espaciais. Dotado de múltiplas perspectivas e entradas, desvela o texto da memória literária e cultural em sua complexidade de sentidos, visível quer na seleção quer na combinação, justaposição ou sobreposição de objetos heteróclitos. Dessa maneira, ao dar ao texto da memória cultural e literária do país um tal tratamento, a Universidade procurou dar continuidade a um projeto dos próprios escritores mineiros, que sempre cultivaram os gêneros memorialísticos e cuidaram de montar seus arquivos pessoais ao longo da vida.

Todavia, fato revelador de que o trabalho com arquivos literários é verdadeiro *working in progress*, novos arquivos de escritores foram recebidos entre os anos 2008 e 2010: os de Octavio Dias Leite (1914-1970), Wander Piroli (1931-2006), José Maria Cançado (1952-2006), Fernando Sabino (1923-2004) e Lúcia Machado de Almeida (1910-2005). Nessa leva, também chegou parte do arquivo do escritor e jornalista Carlos Herculano Lopes (1956), que está doando seu arquivo ainda em vida; como o dele, a partir de 2012, estamos recebendo materiais do arquivo de Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo, 1944), escritor, jornalista e frade dominicano. Foram doadas ainda algumas coleções especiais, como as dos poetas Achiles Vivacqua (1900-1942) e Adão Ventura (1946-2004). Com recursos obtidos novamente por meio do Fundo FINEP, foi feita uma obra de ampliação do espaço do AEM, usando toda a área disponível. Em outubro de 2011, o espaço ampliado foi reinaugurado.

Atualmente, com a chegada de mais quatro acervos de reconhecidos escritores mineiros, estamos às voltas com a saturação do espaço do AEM, o que está alterando aquela sua configuração inicial. Em 2015, foram doados os arquivos de Affonso Ávila (1928-2012) e Laís Corrêa de Araújo (1928-2006), ambos poetas e críticos, cujos fundos documentais foram guardados em sala especial da Biblioteca Universitária, em função do grande volume de livros e documentos. Por fim, em 2017, recebemos os

arquivos do crítico teatral Sábato Magaldi (1927-2016) e do escritor Autran Dourado (1926-2012). Alocados no espaço do AEM, esses últimos acervos transtornaram a topografia do AEM, exigindo novas providências quanto à domiciliação dos acervos dos escritores abrigados na UFMG. Estão sendo pensadas alternativas seja para otimizar o atual espaço, reconfigurando-o, seja para ocupar uma área anexa a ele na mesma Biblioteca Universitária, seja ainda para se pensar a construção de prédio próprio junto à Faculdade de Letras.

Arquivo literário: espaço de saberes nômades

Ao se projetar uma rede de arquivos literários latino-americanos, pode ser produtivo e estimulante imaginar seus possíveis impactos no campo dos estudos literários, especialmente no âmbito da literatura comparada. De modo sumário e num sentido mais especulativo, apontarei brevemente alguns desses desdobramentos tendo em vista as pesquisas propiciadas pela documentação dos escritores. Para tanto, à luz das reflexões de Doreen Massey em *Pelo espaço* (2015), seria desejável nos desembaraçarmos de uma compreensão do espaço do arquivo como mera superfície a ser atravessada, enquanto um lugar estável, fechado e coerente, um espaço já sempre delimitado, dividido em partes iguais e que nos permite montar uma narrativa única ou totalizante, convertendo o espaço em tempo. A fim de nos ajudar a imaginar o espaço de uma forma alternativa à da globalização, Massey nos apresenta três proposições que sintetizam seu pensamento e que apenas menciono aqui. Para ela, o espaço é constituído sempre por interrelações e interações, que conectam a imensidão global ao mais local, ínfimo. Espaço e multiplicidade são co-constitutivos, não havendo um sem o outro, visto que nele coexistem distintas trajetórias, heterogeneidades. Por fim, por ser aberto, o espaço está sempre em construção, inacabado, o que leva a autora a propor o espaço como “simultaneidade de histórias-até-agora”⁶. Em sua argumentação, Massey chega a ressaltar o caráter elusivo do lugar, como algo esquivo e de difícil compreensão. Por essa via, imaginado enquanto espaço ocupado por materiais e documentos diversos, de coexistência de multiplicidades de histórias, mostra-se exercício desafiador pensar *o fora* do arquivo literário, em termos de uma dobra espaço-temporal, considerando-se as virtualidades nele contidas, a heterogeneidade e simultaneidade de tempos e espaços que o conformam.

⁶ Cf. MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*, 2015, p.27-32.

Aliada a essa nova imaginação do espaço do arquivo literário, impõem-se uma atenção redobrada seja às relações de forças que o atravessam e nele se enfrentam, seja à lei que regula os enfrentamentos. Com efeito, alocado no espaço público, no arquivo literário se inscreve a lei, autorizando direitos e limites. Direitos dos cidadãos de acesso a esses arquivos, financiados com recursos públicos; direitos de propriedade por parte da família, arrolados nos direitos autorais; direitos de editoras, quanto à publicação e reprodução das obras; direitos do Estado, ao garantir a constituição de arquivos privados e públicos, ao ordenar a sua preservação, bem como normatizar o acesso a eles. Desse modo, forças díspares e conflitantes, com diferentes graus de intensidade, haverão de coabitar o espaço dos arquivos literários num jogo em que umas procuram dobrar outras. São forças da memória e da tradição em luta contra as forças do esquecimento; forças organizadoras dos interesses da *oikos*, de herdeiros e representantes do escritor, colidindo com as das instituições de guarda, da sociedade e do Estado; forças retóricas e performáticas em choque com o poder arcôntico das interpretações⁷.

Percebe-se assim que múltiplos e heterogêneos saberes convivem no espaço do arquivo literário, tensionados por distintas forças e lógicas. De um lado, opera uma lógica arcôntica, que procura estabilizar os significados inscritos em seus materiais e documentos, tornando-o um lugar estável, vinculado a regimes discursivos da verdade, da prova jurídica, e à evidência histórica. Essa dimensão se torna mais evidente se se considera o fato de que, conforme nos lembra Jacques Derrida, o arquivo principia por um trabalho de apropriação de rastros efetuado por um poder de capitalização ou de monopólio. Rastros que são propositalmente destinados a uma relativa sobrevivência e colocados politicamente sob controle por meio de operações de seleção e organização empreendidas por seus arcontes. De tal modo que não haverá arquivo sem poder político⁸. Expressão mais próxima dessa lógica é a arquivologia, saber ligado ao Estado, tomado enquanto campo informacional. Obedecendo a princípios gerais — do respeito à proveniência dos fundos e da ordem original —, e por meio de procedimentos meticulosos — formulação de quadros de arranjos, constituição de séries e subséries —, procura-se dar conta do caráter heteróclito da documentação: textual, sonora, iconográfica, audiovisual, tridimensional — a dos objetos. Agrupá-la em seções descritivas comuns, garantindo-se a organicidade dos fundos.

⁷ A propósito desse jogo de forças, conferir o ensaio “Arquivos literários, entre o público e o privado”, já mencionado, em MARQUES, 2015.

⁸ Cf. DERRIDA, 2012.

Todo esse labor visa impor ordem ao arquivo do escritor. Uma ordem que consiste em situar cada documento num lugar próprio, seja um lugar físico, seja um lugar metodológico, no arranjo arquivístico. De modo a impedir que, fora de seu lugar, ele se transforme em sujeira, ruído informacional. Uma ordem que é também um comando, um princípio a reger a tarefa interpretativa dos arcontes. Ordenados no arquivo, os documentos são postos em relação, providos de contextos discursivos, de uma arquitetura de textos capaz de os conectarem com uma origem rastreadora, apta a assegurar sentidos autorizados, legitimados, estabilizando-os a serviço da evidência histórica. Nesse sentido é que se pode entender a arquivologia como ciência interessada nas relações e contextos⁹. Pode-se dizer também que a biblioteconomia e a museologia são pressionadas por essa mesma lógica arcôntica, que tem em vista saberes alocados em lugares fixos e hierarquizados no espaço do arquivo, visto como espaço estriado e uniforme, medido e homogêneo. Como tal, são saberes acossados por uma ciência régia, articulada ao Estado.

De outro lado, em contraponto a essa lógica arcôntica que busca o fechamento dos sentidos, atuam no arquivo literário forças desterritorializantes, segundo um princípio de multiplicidade, rizomático, que chamaria de anarcôntico, dado que não submetida a uma origem rastreadora. Segundo tal perspectiva, o arquivo é espaço de heterogeneidades, sempre aberto a interações e em construção, um espaço liso, indefinido. Daí que mobilize saberes nômades, desterritorializantes, sem lugares fixos, sem essencialismos identitários e avessos ao paradigma disciplinar do mundo moderno, profundamente marcado pelas ciências régias, sob a égide do Uno e a serviço do Estado-Nação¹⁰. Considerando o papel importante da literatura, especialmente de suas narrativas, na articulação das identidades nacionais, cabe situar nesse paradigma, de modo proeminente, as disciplinas que compõem o campo dos estudos literários, conformando uma ciência da literatura. Por conseguinte, se prevalece, de um lado, a tendência de estabelecer sentidos unívocos aos materiais do arquivo literário, impor-lhes uma narrativa única, de outro, os saberes nômades potencializam o jogo da suplementação de sentidos, da multiplicidade de histórias a serem contadas até agora. Pluralidade de histórias que pode ser incrementada ao se projetar o espaço como algo móvel, com diferentes níveis e múltiplas entradas, como em certa medida ocorre no

⁹ Cf. CAMARGO, GOULART, *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*, 2007.

¹⁰ Estou levando em consideração aqui formulações de Deleuze e Guattari em *Mil platôs*, volumes I e V.

AEM, propiciando aos pesquisadores inscrever no arquivo percursos diferentes a depender de por onde entram, abrindo-se aos riscos do acaso, de imprevistas descobertas.

Dentro desse quadro, no que concerne aos estudos comparados, entendo que os arquivos literários ampliam de forma exponencial os objetos postos em comparação, dada a natureza altamente múltipla de seus materiais, de sua documentação. Com isso, arrefece-se o privilégio concedido ao texto acabado, à obra em sua fatura linguística, permitindo colocar em cena os manuscritos ou documentos de processo, as correspondências, as fotografias, os recortes de jornais, os objetos com sua aura biográfica. Especialmente, além de seus livros, as peças das variadas coleções que os escritores costumam montar: de obras de arte (pinturas, esculturas, desenhos etc.), de artesanato, de objetos pessoais, de discos, CDs e DVDs. Por sua vez, ao realçar o caráter heteróclito dessas coleções, o tratamento museológico e cenográfico dos acervos literários estimula o diálogo interartístico, intersemiótico, possibilitando aproximar e contrastar as artes, as linguagens. No acervo de Henriqueta Lisboa, por exemplo, há uma coleção de quadros de Petrônio Bax, pintor mineiro, que lhe inspirou alguns poemas. A ele dedicou ela um poema-homenagem intitulado “Roteiro de Petrônio Bax”. Já no acervo de Oswaldo França Júnior, há uma coleção de peças de artesanato do Caribe, formada por miniaturas de casais em atitudes eróticas; de forma deslocada, pode-se pensar tal coleção como a presença das tradições orais no espaço da cultura letrada.

Como resultado desse corpus ampliado de documentos, o trabalho com arquivos de escritores demanda e reforça o trânsito transdisciplinar já marcante nos estudos literários comparados e nos estudos culturais. Com efeito, um tratamento mais adequado dos acervos de escritores exige a articulação de diferentes disciplinas, saberes; não apenas daqueles saberes endógenos ao campo disciplinar dos estudos literários, ou da pesquisa histórica, mas também de saberes outros, exógenos: arquivística, museologia, biblioteconomia, informática, arquitetura, e até mesmo da química e física tendo em vista a conservação dos documentos. Além disso, importa notar que uma diversidade de discursos é agenciada pelos e nos arquivos literários: teórico, histórico, crítico, ficcional, memorialístico, biográfico, autobiográfico, epistolar. Assim, há uma gama variada de textos a serem comparados, com repercussões metodológicas, de sorte que não basta mais apenas levantar semelhanças e diferenças entre os textos e objetos, como um fim em si mesmo. É preciso fazê-lo levando em conta aquelas relações de forças e

lógicas, os jogos de poder presentes nos discursos que circulam no arquivo, abrindo-se à interlocução com os estudos culturais. No caso do discurso crítico, por exemplo, nota-se o diálogo tenso entre diferentes orientações críticas, marcadas por distintos pressupostos: a crítica textual, a crítica genética e a crítica biográfica. Estamos assim frente a uma abertura cada vez maior do campo comparatista literário, que desafia os pesquisadores, ao propor-lhes o recurso a diferentes teorias e métodos, ao diálogo multidisciplinar. Desafio que nos leva a encarar o arquivo literário não tanto de um ponto de vista ontológico, buscando afirmar sua natureza ou essência, ou a de seus materiais, e cristalizado na clássica pergunta: “O que é...?”. Parece mais promissor abordá-lo segundo a perspectiva da conectividade que marca a cultura e a memória na contemporaneidade, como rede sempre em expansão; vale dizer, tratar um objeto, um documento sempre o ligando a outros, num procedimento em que prevalece a conjunção “e”: arquivo/literatura *e... e... e...*. Conhecer, teorizar o arquivo literário e seus materiais é associar, linkar, para se poder contar diferentes histórias.

Nessa direção, a pesquisa em acervos literários provoca uma reconfiguração do perfil do pesquisador comparatista. Como forma de lidar criticamente com a documentação dos escritores, lendo o arquivo a contrapelo, imaginei-o em trabalhos anteriores como um *anarquivista*, um combinado paradoxal de arquivista e anarquista. Alguém situado num entre-lugar, que experimenta, no sentido etimológico de correr perigo, o embate entre aquelas antagônicas forças presentes no arquivo literário. Como tal, ciente de que o arquivo é uma montagem, um artifício, ele procura contestar a intencionalidade que o construiu, desarmando a ordem estabelecida. Enquanto um genealogista, é sujeito desconfiado da solenidade das origens, dos protocolos da lei, da retórica do princípio. Razão por que busca instaurar uma anomia no arquivo, capaz de engendrar novas leituras de seus materiais, montar contra-narrativas da memória. Se o arquivista se pauta pelo respeito à proveniência do arquivo, à ordem original, tendo em vista estabilizar os sentidos, o pesquisador *anarquivista* olha os documentos do arquivo efetuando ligações entre eles, conectando-os às virtualidades do arquivo, de modo a subverter a ordem instituída segundo o princípio arcôntico. Com isso, não estou de maneira alguma desconhecendo a importância do trabalho de arquivistas e bibliotecários de organizar os arquivos dos escritores e disponibilizá-los para a pesquisa, mas vendo-os e enunciando-os a partir de outro lugar. Recorrendo a uma imaginação (des)construtiva, o pesquisador anarquivista pode assim ler os documentos de outra forma, dentro de outras (des)ordens possíveis, flagrando as relações de força e

o jogo do poder no arquivo, tentando intervir nesse jogo por meio de uma violência interpretativa. Só dessa maneira ele logrará deslocar nossa história cultural, formulando outras maneiras de a ler e interpretar.

Em relação aos impactos dos arquivos literários sobre o campo disciplinar dos estudos literário, entendo que, num primeiro momento, as pesquisas com fontes primárias da literatura contribuíram seja para revitalizar certas disciplinas, a exemplo da história da literatura e da crítica literária, muito questionadas em seus pressupostos pelo *boom* da teoria na segunda metade do século passado, seja para o desenvolvimento de uma nova disciplina, a crítica genética. Mas minha percepção, em termos de médio ou longo prazo, é a de que as pesquisas em arquivos literários tendem a aprofundar a crise das disciplinas constitutivas do campo dos estudos de literatura conformado na modernidade, emergente no contexto da reforma das universidades em princípios do século XIX, procurando torná-las um braço do Estado nacional, como produtoras hegemônicas de conhecimento sobre a nação. As pesquisas nos arquivos literários tornarão mais evidente o esgotamento do paradigma disciplinar moderno dos estudos da literatura, principalmente por estimularem os saberes nômades, as tópicas transdisciplinares, desvelando um cenário pós-disciplinar. E também porque, ao problematizarem categorias canônicas dos estudos literários — texto, obra, autor, valor estético universal —, acabam por tornar mais rarefeitos os fundamentos das disciplinas acadêmicas. Como remédio e veneno – um verdadeiro *pharmakon* –, o arquivo literário, com seus saberes, reclama a reinvenção do campo dos estudos da literatura no mundo acadêmico, particularmente da literatura comparada.

A título de conclusão, gostaria de chamar a atenção para alguns desafios e dificuldades que nos colocam o trabalho com os acervos literários. Uma primeira dificuldade diz respeito à fragmentação por que passam os arquivos dos escritores quando de sua domiciliação em instituições de guarda. É o caso de muitos dos escritores mineiros da primeira metade do século passado, que migraram de Belo Horizonte para os centros econômico e político do Brasil à época, São Paulo e Rio de Janeiro, a exemplo de Carlos Drummond, Abgar Renault, Cyro dos Anjos, quer por serem funcionários públicos, quer com o intuito de fazer a carreira de escritor nesses espaços legitimadores. No caso de Abgar, sua documentação está dividida entre o AEM, o

arquivo da Academia Brasileira de Letras e o da Fundação Casa de Rui Barbosa. Tal fragmentação reflete tanto a falta de uma política pública mais ampla no tocante à gestão de nossa memória literária e cultural, quanto a carência de políticas de captação dos arquivos dos escritores. Políticas que, em termos ideais, permitissem às instituições de guarda conversarem entre elas e contribuíssem para convencer famílias e herdeiros da importância de se fazer a transferência integral dos fundos documentais dos escritores para determinada instituição.

Outro grande desafio concerne ao trabalho de tratamento da documentação dos arquivos literários, colocando-a à disposição de pesquisadores acadêmicos, especialistas e também da comunidade em geral, facilitando-se a acessibilidade. Penso aqui particularmente na etapa de catalogação dos materiais, implicando ações de descrição física de cada livro ou documento e o trabalho de classificação, categorizando e colocando cada elemento dentro de um determinado arranjo, providenciando sua indexação. A par disso são importantes ainda as tarefas relacionadas à conservação e restauro da documentação. Nesse aspecto, imaginando-se a rede dos arquivos literários, entendo que seria válido discutir a necessidade, ou não, de um padrão mínimo de tratamento a ser adotado pelas instituições de guarda. Mas uma dificuldade muito grande aqui, além do problema do espaço, relaciona-se à mão de obra especializada de bibliotecários, arquivistas e museólogos. Muito frequentemente o número desses profissionais trabalhando com a documentação dos escritores não é adequado para dar maior agilidade ao tratamento dos fundos, como ocorre com o AEM. O trabalho de catalogação dos livros e de inventário da documentação costuma ser mais lento, uma vez que os bibliotecários se envolvem com outras tarefas, como o atendimento de pesquisadores e visitantes. Para se ter uma ideia, já temos aproximadamente mais de 50 mil livros no AEM; desse montante, apenas cerca de 20 mil estão catalogados e acessíveis na base de dados das nossas bibliotecas. Por outro lado, contamos com a presença de muitos estudantes bolsistas de Iniciação Científica e de outros profissionais com bolsas de Apoio Técnico concedidas pelas agências governamentais, que mitigam em parte as dificuldades apontadas.

Por fim, em tempos de memória digital, há o enorme desafio da digitalização da massa documental contida nos nossos arquivos, de modo a propiciar seu acesso e transferência para outras mídias e bases de dados. Especialmente como forma de podermos compartilhar documentos. Com o advento das tecnologias da memória digital, as questões de transferência de dados e informações se sobrepõem às de

estocagem de acordo com Wolfgang Ernst, em entrevista contida no livro *Digital Memory and the Archive*¹¹. Segundo sua análise arqueológica das mídias digitais, embora o discurso ocidental continue ainda obcecado com a questão da estocagem, o futuro de nossa memória cultural haverá de se concentrar na transferência, por meio de fluxos processuais permanentes de dados, instaurando uma diferente economia do arquivo como “agência dinâmica *on line*”. No horizonte, vislumbra-se a implosão da preocupação com a estocagem e de toda uma forma de imaginar e experimentar o arquivo, visível na construção de edificações para museus, bibliotecas, arquivos. Embora a tecnologia digital favoreça a comodificação da memória, há contudo um sinal de esperança segundo Ernst. Preservadas em arquivos *on line*, as memórias digitais não mais estarão separadas do presente, podendo ser apropriadas de diferentes maneiras. Num horizonte talvez próximo, todavia, nossa noção de arquivo tenderá a se dissolver em circuitos eletrônicos e fluxos de dados. Uma pergunta aqui se torna premente: Estaremos preparados para lidar com esse futuro do arquivo, em particular dos arquivos literários?

Em se tratando do cuidado com a memória literária, cultural, histórica, entendo que não devemos ser monológicos, nos restringindo a um único recurso ou solução técnica. Se a memória digital facilita exponencialmente o acesso à documentação em escala global, os desafios da preservação continuarão ainda colocando em pauta as questões da exteriorização da memória, de armazenamento e conservação, com as implicações de tratamento documental e espaço para domiciliação. Por isso, o tratamento e cuidado com nossa memória literária e cultural deve se valer de múltiplos recursos, quer os propiciados pelas novas tecnologias de estocagem, como os arquivos eletrônicos e digitais, quer pelo apelo ao antigo microfilme e ao bom e velho papel.

¹¹ Cf. ERNST, Wolfgang. *Digital Memory and the Archive*, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Ana Maria de Almeida, GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 5 vol.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr., Alberto A. Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p.32-35.

DERRIDA, Jacques. *Pensar em não ver: escritos sobre as artes do visível (1979-2004)*. Org. Ginette Michaud, Joana Masó, Javier Bassas; trad. Marcelo Jacques de Moraes. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

ERNST, Wolfgang. *Digital Memory and the Archive*. Ed. Jussi Parikka. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2013. (Electronic Mediations, vol. 39).

MARQUES, Reinaldo, *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Trad. Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2015.